



GARN
GLOBAL ALLIANCE FOR
THE RIGHTS OF NATURE

FACAMP CERI CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

HARMONY
WITH NATURE
Study Group

Participação da MAPAS na Global Alliance for the Rights of Nature's Pré-COP-30 Summit 2025

Relatório de atividades
8 a 11 de novembro de 2025



Sumário

<u>APRESENTAÇÃO</u>	3
<u>PANORAMA GERAL DA PRÉ-COP SUMMIT 2025</u>	5
<u>COBERTURA DIÁRIA DAS ATIVIDADES</u>	7
<u>Dia 1 – Celebração dos 15 anos da GARN</u>	8
<u>Dia 2 – Sessões internas de estratégia</u>	11
<u>Dia 3 – Encontro do Conselho Indígena da GARN</u>	13
<u>Dia 4 – 6º Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza</u>	16
<u>OUTRAS ATIVIDADES</u>	19
<u>Conferência Global de Crianças e Jovens sobre Mudanças Climáticas (COY20)</u>	20
<u>Barqueata da Cúpula dos Povos</u>	21
<u>Marcha por Justiça Climática</u>	22
<u>Participação na Zona Azul da COP-30</u>	24
<u>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</u>	26
<u>AGRADECIMENTOS</u>	29

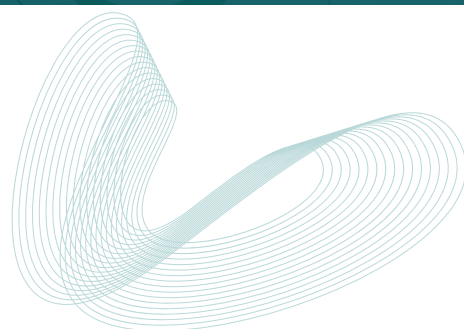


Marcha de Ação Climática em prol dos Direitos da Natureza.

Fonte: <https://www.garn.org/cop30-brazil/>.

Apresentação

Por Mariana Nunes dos Santos



A presença da Métodos de Apoio às Práticas Ambientais e Sociais (MAPAS) na *Pré-COP-30 Summit 2025* (Cúpula Pré-COP 2025), que aconteceu de 8 a 11 de novembro de 2025 em Belém, no Pará, consolida sua atuação nacional e internacional em um período político crucial para o movimento global dos Direitos da Natureza. Organizada pela *Global Alliance for the Rights of Nature* (GARN - Aliança Global pelos Direitos da Natureza), a Cúpula não apenas celebrou o 15º aniversário da GARN, mas também estrategicamente posicionou o movimento dos Direitos da Natureza no centro das disputas atuais sobre a governança climática.

A GARN é uma organização internacional da sociedade civil que reúne povos indígenas, grupos da sociedade civil, juristas, acadêmicos e ativistas comprometidos em mudar o paradigma jurídico e político atual, reconhecendo a Natureza como um sujeito de direitos. A GARN, portanto, trabalha para promover os direitos da Natureza, conectando experiências locais e nacionais a estratégias globais de influência política.

A realização da *Summit* no período imediatamente anterior à COP-30 foi uma decisão estratégica da GARN, com o propósito de enfatizar os evidentes limites das respostas predominantes à crise climática. Durante as COPs, as respostas são historicamente baseadas em soluções de mercado, ferramentas financeiras e abordagens tecnocráticas que usualmente veem a Natureza como um recurso econômico.

Nesse contexto, a *Pré-COP-30 Summit 2025* defendeu os direitos da Natureza como uma proposta transformadora, ao romper com a perspectiva antropocêntrica do direito ambiental convencional e reconhecer a Natureza como um sujeito de direitos com valor intrínseco e dignidade própria. Essa visão coloca a crise climática como um reflexo de uma crise civilizatória mais abrangente, conectando justiça ecológica, justiça social e

justiça climática e destacando a urgência de uma reestruturação profunda das fundações jurídicas, políticas e econômicas que guiam a interação entre sociedade e Natureza.

A presença da MAPAS na Cúpula Pré-COP-30 2025 esteve diretamente relacionada ao fortalecimento e à organização do movimento mundial dos Direitos da Natureza, com foco especial no contexto brasileiro e amazônico. A MAPAS, uma organização da sociedade civil com uma sólida trajetória na promoção dos direitos da Natureza e do Bem Viver, atua por meio da influência política, do *advocacy* jurídico e da criação de agendas públicas que buscam a harmonia entre a sociedade e a Natureza. Na *Summit*, a organização foi representada por sua fundadora, Vanessa Hasson; e pelas colaboradoras voluntárias Marina Leão e Giovanna Cristina de Souza Oliveira.

Essa atuação permitiu a conexão entre experiências locais e nacionais com as agendas globais do movimento, destacando a importância da sociedade civil brasileira na criação de alternativas jurídicas e políticas. Além disso, consolidou a MAPAS como um ator qualificado para interagir com redes transnacionais, comunidades indígenas e organismos multilaterais, enquanto reforça a presença dos direitos da Natureza no contexto político nacional.



GARN
GLOBAL ALLIANCE FOR
THE RIGHTS OF NATURE

Logo da instituição GARN.
Fonte: <https://www.garnafrica.org/>.



Panorama geral da Pré-COP Summit 2025

Por Mariana Nunes dos Santos

O principal objetivo da *Pré-COP-30 Summit 2025* foi estabelecer uma agenda política unificada para o movimento dos Direitos da Natureza no período que precedeu a COP-30. Além de ser um local de intercâmbio, a Summit atuou como um ambiente estratégico para articulação internacional, focado na criação de posicionamentos coletivos, no alinhamento de estratégias de *advocacy* e na formulação de propostas que possam influenciar os processos decisórios da governança climática global.

Ao longo de quatro dias, a *Summit* foi organizada com uma programação variada que mesclou momentos festivos, espaços internos para articulação política, encontros específicos para as questões dos povos indígenas e atividades públicas com foco na incidência internacional. As atividades do primeiro dia foram voltadas para a comemoração dos 15 anos da GARN, destacando a história do movimento desde sua criação em 2010 e incentivando a troca de experiências entre líderes globais dos direitos da Natureza. No contexto da COP-30, esse evento teve um caráter simbólico e político, fortalecendo a consolidação da aliança e expandindo suas redes transnacionais.

O segundo dia foi dedicado a sessões estratégicas internas, exclusivas para os membros da GARN, com o objetivo de avaliar os progressos regionais, discutir desafios e oportunidades, além de estabelecer as prioridades políticas para os próximos anos. O objetivo dessas discussões foi reforçar a governança interna da Aliança e preparar os conteúdos que seriam compartilhados e discutidos na Assembleia Geral da GARN, expandindo o diálogo com sua base global de membros.

No terceiro dia, ocorreu a Assembleia do Conselho Indígena da GARN, realizada na Embaixada dos Povos, em Belém. Nesse evento, líderes indígenas de várias regiões se reuniram para compartilhar conhecimentos ancestrais, fortalecer alianças interculturais

e desenvolver estratégias coletivas para proteger seus territórios e sistemas vivos. Reafirmou-se a importância do protagonismo indígena no movimento dos Direitos da Natureza, ressaltando o papel essencial desses povos na preservação da vida, da memória e das relações além-humanas.

O quarto e último dia foi marcado pela realização da sessão final do 6º Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza, que ocorreu no Auditório José Vicente Miranda, na Universidade Federal do Pará (UFPA). Essa fase final incorporou as reflexões e os posicionamentos desenvolvidos nas sessões precedentes do Tribunal em uma decisão final intitulada “*A New Pledge for Mother Nature*”. A última sessão do 6º Tribunal também discutiu a necessidade de eliminação total dos combustíveis fósseis e medidas para proteger defensores e defensoras da Natureza contra o aumento da criminalização e violência.

Nesse contexto, a Pré-COP30 Summit 2025 procurou abordar uma lacuna fundamental da governança climática atual: os espaços da COP são historicamente caracterizados por abordagens antropocêntricas, tecnocráticas e voltadas para soluções de mercado, que encaram a crise climática como um problema de gestão de recursos, em vez de uma crise civilizatória. Ao focar em instrumentos como créditos de carbono, compensações e transições energéticas fundamentadas na lógica econômica, essas discussões tendem a ocultar as causas profundas da degradação ambiental e a perpetuar formas de exploração da Natureza.

Durante as atividades, ficou claro que o combate à catástrofe ecológica requer a combinação do conhecimento ancestral, da ciência indígena e dos saberes da floresta. Essa integração foi considerada não apenas complementar, mas essencial, pois não existe uma resposta eficaz para o colapso climático que desconsidere as epistemologias que, há milênios, preservam os ecossistemas, protegem os territórios e promovem o equilíbrio entre os seres humanos e a Natureza.

Como afirmou Joelson Ferreira, fundador da Teia dos Povos, a defesa do território se constrói, antes de tudo, a partir da relação viva entre os povos e o espaço que habitam, fundada na consciência da interdependência da vida. Essa relação se sustenta em valores que orientam modos de existir baseados no cuidado, na cooperação e na harmonia, atravessando tanto as práticas cotidianas quanto as formas de imaginar o futuro. A fala de Joelson apontou para a necessidade de romper com lógicas coloniais que fragmentam a vida, sugerindo que a reconstrução da esperança depende de uma reconexão profunda entre território, existência e sentido coletivo. Trata-se de uma percepção que ainda precisa ser cultivada, não apenas no interior do movimento pelos direitos da Natureza, mas também em seus diálogos com a sociedade mais ampla.

Assim, a *Summit* teve como meta estabelecer uma agenda alternativa fundamentada nos direitos da Natureza, sugerindo uma mudança de paradigma que considera a Natureza como sujeito de direitos e coloca a justiça ecológica como o núcleo das respostas à crise climática. Ao integrar vivências territoriais, abordagens jurídicas críticas e perspectivas políticas contra-hegemônicas, a *Pré-COP-30 Summit* potencializou a habilidade do movimento de influenciar as discussões da conferência global do clima sediada no Brasil, desafiando suas premissas conceituais e expandindo o leque de soluções em debate.





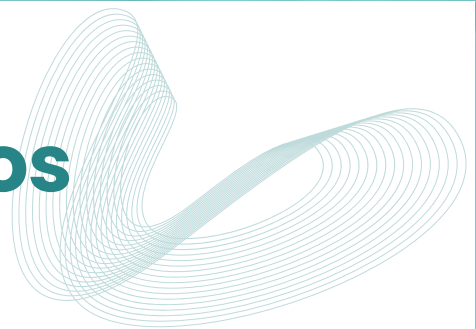
**Cobertura
diária das
atividades**

Natalia Greene, Diretora Global da GARN, destacou os caminhos políticos para a defesa dos Direitos da Natureza. Fonte: Arts for the Commons (a4c).

08 de novembro de 2025

Dia 1: Celebração dos 15 anos da GARN

Por Vitória de Salvi Gallo de Camargo



A programação do primeiro dia marcou oficialmente o início da participação das lideranças indígenas e organizações parceiras da GARN na *Pré-COP Summit 2025*. Realizada na Ilha do Combú, a celebração dos 15 anos da GARN constituiu um momento simbólico e político de encontro e reafirmação dos princípios que orientam a trajetória da organização.

A abertura foi conduzida com um canto tradicional do povo *Huni Kuin*, também conhecido como Kaxinawá, povo indígena da Amazônia que ocupa territórios no Acre, no sul do Amazonas e no Peru. Em sua própria língua, *Huni Kuin* significa “povo verdadeiro”, expressão que reflete uma identidade profundamente ancorada na coletividade, no território e na relação espiritual com a floresta. Em sua cosmologia, a Natureza é concebida como um sistema vivo e relacional, no qual humanos, animais, plantas, rios e espíritos coexistem de forma interdependente¹.

Nesse contexto, os cantos tradicionais desempenham um papel central, não apenas como manifestações culturais, mas como formas de transmissão de conhecimento ancestral, orientação ética e ação política. Assim, o canto que marcou a abertura estabeleceu um ambiente de respeito espiritual e político e reafirmou, de maneira simbólica e concreta, a centralidade dos povos indígenas no movimento dos Direitos da Natureza, ao trazer os saberes indígenas como fundamentos legítimos para a construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

¹ De acordo com Lagrou (2007), os Huni Kuin, também identificados como Kaxinawá, utilizam a expressão “povo verdadeiro” como forma de autodenominação e estruturam sua visão de mundo a partir de uma compreensão relacional da Natureza. Nessa perspectiva, os diferentes seres, humanos e não humanos, integram uma rede viva de interdependências que articula território, espiritualidade e organização social. Ver Basques, M. Resenha de Lagrou, E. A fluidez da forma: arte, alteridade e agência em uma sociedade amazônica (Kaxinawa, Acre), Rio de Janeiro, TopBooks, 2007, 565 p. *Revista de Antropologia*, v. 50, n. 1, 421-435, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/n9hxWtLwZS3NyfGyPN8jM5P/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 09 jan. 2026.

A celebração também foi marcada por uma atmosfera comunitária. A proximidade entre as pessoas, reunidas em círculos, em rodas de conversa e em momentos de escuta, expressa um modo de estar que valoriza o coletivo, a reciprocidade e a presença plena no território amazônico.

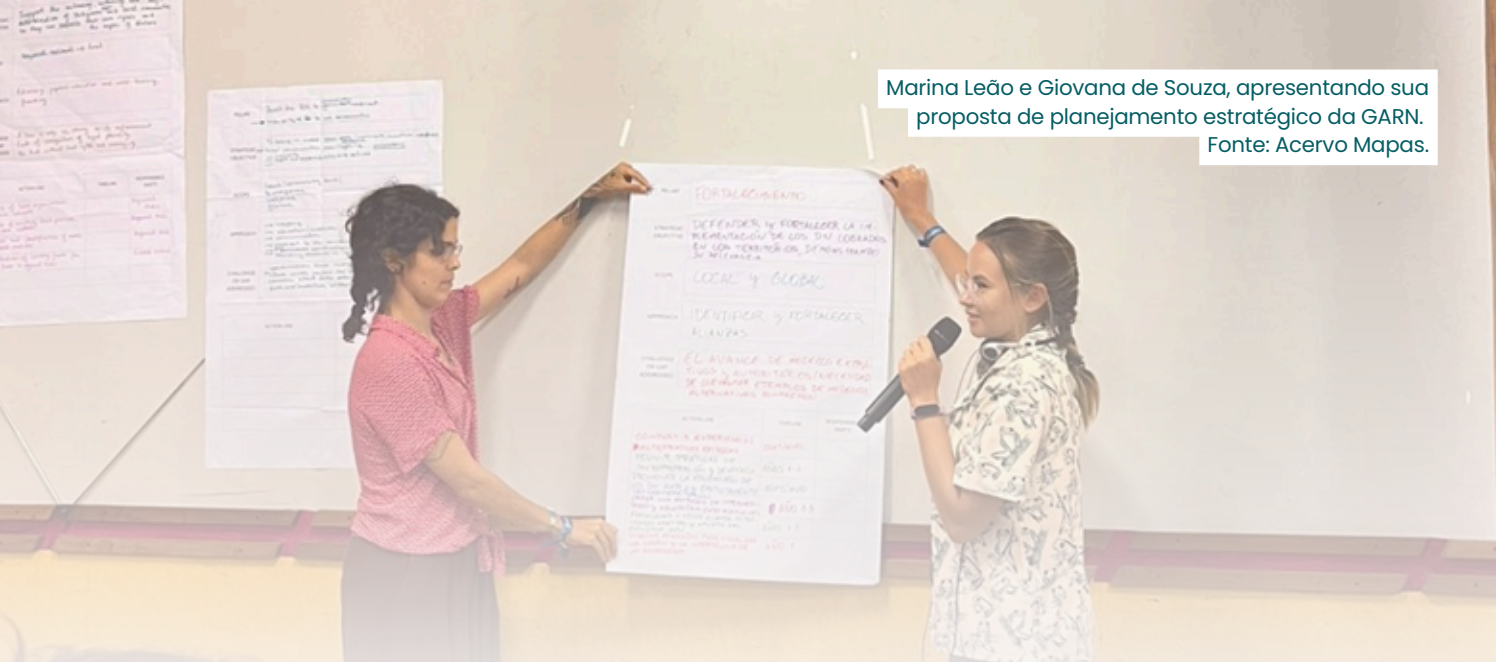
Lideranças indígenas de diferentes povos, como os povos Huni Kuin, da Amazônia brasileira, povos Ponca, da América do Norte, o povo Tukano do noroeste amazônico e o povo Xukuru do agreste pernambucano, compartilharam seus cantos tradicionais, que ressoaram pelo espaço criando um clima de acolhimento e reverência à floresta. Os cocares, grafismos, instrumentos e adornos revelaram a força da ancestralidade que moldou o tom da celebração: não se tratava apenas de marcar a trajetória institucional da GARN, mas de reafirmar que o movimento pelos Direitos da Natureza nasce e se sustenta na ancestralidade e na relação sagrada entre os povos originários e seus territórios.

Assim, a comemoração consolidou-se como um encontro ativo e politicamente relevante, no qual as tradições e conhecimentos apresentados pelas lideranças indígenas reforçaram de maneira clara sua centralidade no movimento global pelos direitos da Natureza.



Canto *Huni Kuin* na cerimônia de abertura da celebração dos 15 anos da GARN, reafirmando a centralidade dos saberes ancestrais, da espiritualidade e da relação indissociável entre território, cultura e vida.
Fonte: GARN Communications.





09 de novembro de 2025

Dia 2: Sessões internas de estratégia

Por Heitor Torres Neves

No segundo dia do *Summit*, ocorreram sessões internas para a realização do planejamento estratégico da GARN para os próximos três anos. O processo foi marcado por três momentos: discussões sobre as principais conquistas da GARN desde 2022; análise SWOT (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) da GARN; e, por fim, elaboração e apresentação dos objetivos estratégicos futuros.

No primeiro momento, identificou-se que a GARN teve sucesso na expansão dos direitos da Natureza em diferentes países, junto de certo conhecimento a nível internacional, graças à sua governança descentralizada que busca cada vez mais aproximar a visão ancestral da jurídica sobre os direitos da Natureza. O reconhecimento da Natureza como sujeito de direitos na Constituição do Equador foi apontado como um grande sucesso histórico, conquista reforçada por referendo após ameaças de serem retirados. Ademais, o reconhecimento dos direitos da Natureza pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e a incidência regional do Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza também foram apontados como sucessos da GARN.

A análise SWOT, mais do que organizar o pensar sobre os desafios regionais e rumos estratégicos, permitiu a compreensão coletiva sobre o enorme potencial que a GARN possui. Na análise das forças, identificou-se que a GARN é um centro global confiável e uma liderança global respeitada e guiada por membros que ajudaram a lançar a Declaração Internacional dos Direitos da Mãe Terra. Além disso, é uma rede descentralizada, mas, ao mesmo tempo, interconectada, algo que permite riqueza e um leque de diferentes sabedorias a partir de *hubs* regionais e temáticos, desde a América Latina até a Ásia-Pacífico. Além disso, através de grandes parcerias, a GARN lidera iniciativas como a Declaração pelos Direitos da Amazônia e pelos Direitos da Antártica.

Da perspectiva das fraquezas, discutiu-se a questão da representação formal da GARN na promoção de uma governança representativa e diversa. Já a necessidade de explorar mais a frente parlamentar institucional foi citada como uma oportunidade em prol de fortalecer a agenda e seus objetivos sem ser corrompida pelo sistema branco acelerado. Da perspectiva das ameaças, a discussão ressaltou a importância de se ter cautela com cooptação e uniões que podem não representar os verdadeiros valores da floresta.

O segundo dia também permitiu realizar uma análise mais profunda dos impactos locais das ações da GARN em favor dos Direitos da Natureza. Um exemplo são os diálogos intergeracionais sobre ancestralidade e futuro realizados pelo *Youth Hub* (Centro da Juventude) da GARN, que visam garantir que as mudanças se sustentem e não se enfraqueçam entre as gerações. Outra prioridade é mapear as comunidades que estão lutando pelos Direitos da Natureza e se elas possuem ou não vínculos com a GARN.

Da perspectiva brasileira, a ONG MAPAS gerenciou e participou das agendas internas e externas da COP-30 em conjunto com a GARN e a Articulação Nacional pelos Direitos da Natureza, contribuindo ativamente para o planejamento estratégico da GARN para os próximos 3 anos. Para a MAPAS, é particularmente importante a abertura de caminhos e diálogos com movimentos sociais. A escuta das discussões inseridas no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) mostrou a necessidade e importância de tecer conexões entre diferentes pautas, com base na causa única pela proteção da vida.

Por fim, o debate do segundo dia delineou alguns objetivos estratégicos para os próximos três anos: explorar mais a frente parlamentar internacional; expandir a atuação e impacto do Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza; e estabelecer maior coerência entre os hubs da GARN para o avanço da jurisprudência da Terra. Também definiu-se que a estratégia de comunicação da GARN deve estar baseada em testemunhos, análise concreta e construção de dados, tendo como base uma equipe profissional transdisciplinar.

Para encerrar o dia, todos os presentes assistiram ao documentário *"I am the River, the River is me"* dirigido por Petr Lom e produzido por Corinne van Egeraat, obra esta que aborda o primeiro Rio a ser reconhecido como sujeito de direitos do mundo, chamado Whanganui. Antes da apresentação, Ned Tapa e Rihi Karena cantaram uma música tradicional do povo Maori. Localizado na Nova Zelândia, o Rio passou por uma aprovação do parlamento do país e se tornou um sujeito de direitos legais. Whanganui, como um ancestral vivo, é importantíssimo para a tradição e cultura do povo indígena Maori, que atua como guardião dos direitos do Rio, protegendo-o para que possa existir de forma íntegra.



Mphatheleni Makaulul, do povo VhaVenda do Norte da África do Sul, em momento de reflexão durante a abertura do Encontro do Conselho Indígena da GARN.

Fonte: Arquivo MAPAS.

10 de novembro de 2025

Dia 3 : Encontro do Conselho Indígena da GARN

Por Maria Fernanda de Paiva Julidori

No terceiro dia de atividades, foi realizado o Encontro do Conselho Indígena da GARN, na Embaixada dos Povos, em Belém, reunindo lideranças indígenas e populares de diferentes regiões do mundo. No contexto mais amplo da luta pelos direitos da Natureza, o encontro teve como propósito fortalecer o diálogo intercultural e promover a articulação internacional em torno da autonomia e defesa dos territórios e do reconhecimento das epistemologias próprias dos povos indígenas.

O espaço foi marcado por falas densas e expressões culturais que reafirmaram a importância da ancestralidade, da espiritualidade e da territorialidade no movimento pelo reconhecimento da Natureza como sujeito de direitos. Ao longo do encontro, lideranças indígenas compartilharam relatos sobre os impactos históricos e contemporâneos da colonização em seus territórios, evidenciando que a violência e o apagamento cultural continuam a afetar profundamente os povos originários.

Nesse contexto, reforçou-se que a defesa territorial não se restringe à proteção física da terra, mas envolve a preservação completa das formas de vida, dos sistemas de conhecimento e dos vínculos espirituais que sustentam essas comunidades. A luta pelos direitos territoriais foi apresentada como inseparável da defesa dos direitos da Natureza, uma vez que, para os povos indígenas, a terra não constitui um recurso a ser explorado, mas um sujeito de relação que integra a própria existência coletiva.

Os debates também ressaltaram que os direitos da Natureza não representam uma inovação para os povos indígenas, pois fazem parte de suas cosmovisões ancestrais e orientam seus modos de existir ao longo de gerações. Ao mesmo tempo, foi apresentada

uma reflexão crítica sobre os limites da incorporação desses direitos em estruturas jurídicas coloniais, que frequentemente reproduzem lógicas de dominação e favorecem a financeirização da Natureza. Nesse sentido, destacou-se a importância de que os próprios povos indígenas conduzam esses processos, de modo a fortalecer suas formas de governança e assegurar que suas vozes não sejam silenciadas no interior dos movimentos ambientais globais.

As falas enfatizaram ainda a necessidade de um processo profundo de descolonização, entendido como algo que ultrapassa as instituições formais e alcança as formas de pensar, de se expressar e de se organizar coletivamente. Foi reiterado que o enfrentamento da crise climática exige uma transformação estrutural, que passa pela revisão do papel da individualidade e pelo reconhecimento da interdependência entre os seres humanos e a Mãe Terra.

Segundo as lideranças, a defesa de um território se sustenta na relação viva entre os povos que o habitam e na consciência de que a existência humana está diretamente vinculada à saúde do planeta. Essa perspectiva fundamenta valores como o cuidado, a cooperação e o pertencimento, apresentados como bases para a reconstrução da esperança e a possibilidade de imaginar futuros distintos.

Nesse sentido, o Conselho Indígena da GARN abriu espaço de escuta para lideranças como a de Irã Xukuru, liderança na retomada da agricultura sagrada no Agreste de Pernambuco. Xukuru reforçou a crítica às concepções ocidentais de normalidade e racionalidade que separam humanidade e Natureza. Ao narrar experiências baseadas na observação sensível do mundo, na escuta dos ciclos do tempo e na relação direta com outros seres, Xukuru evidenciou uma forma de conhecimento que não se organiza a partir da escrita ou da lógica utilitarista. Sua fala destacou que os protocolos indígenas não estão registrados em documentos formais, mas inscritos na terra, nos corpos e nas relações, e que a ruptura provocada pelo colonialismo não foi apenas material, mas profundamente epistêmica, ao romper modos de pensar, sentir e existir. Assim, propôs a necessidade urgente de se resgatar a vivência, a oralidade e a inscrição da memória no próprio território.

A photograph showing Irã Xukuru, a man with dark hair and a beard, wearing a dark shirt and a traditional beaded necklace. He is speaking to a group of people, with his back to the camera. In the background, there is a large banner with the text 'O PREÇO!' and 'WORTH THE PRICE'.

Irã Xukuru, liderança na retomada da agricultura sagrada, no Agreste Pernambuco, chegando ao Encontro do Conselho Indígena da GARN.
Fonte: Arquivo MAPAS.

O encontro também deu visibilidade a lideranças emergentes, como Sydney Males, equatoriana e fundadora do *Colectivo Wallpay Crew*; Eriel Tchekie Deranger, canadense, diretora e co-fundadora da *Indigenous Climate Action*; e Heather Milton Lightning, membro fundadora do *Native Youth Movement*. Essas lideranças vêm articulando novas formas de resistência e de afirmação cultural por meio da arte e da espiritualidade.

Essas expressões foram compreendidas como caminhos de reconexão com a Natureza e de fortalecimento da identidade indígena, sobretudo diante do distanciamento dos territórios e da perda de tradições. As falas ressaltaram ainda o papel central das mulheres indígenas, frequentemente colocadas na linha de frente da defesa da Mãe Terra e profundamente conectadas aos ciclos e às dores da Natureza.

Por fim, a partilha das cosmovisões indígenas evidenciou uma compreensão do mundo baseada na origem comum entre humanidade e Natureza, na sacralidade dos territórios e na centralidade dos ciclos da vida. Essa perspectiva reforçou a crítica à ideia de que o financiamento, por si só, seja capaz de responder à crise climática, apontando que o desafio atual é, sobretudo, uma crise de consciência.

O Encontro do Conselho Indígena da GARN reafirmou, assim, a necessidade de fortalecer as articulações indígenas em nível nacional e internacional, valorizar as epistemologias próprias dos povos originários e reconhecer que a proteção da Natureza passa, inevitavelmente, pelo reconhecimento da autonomia, da soberania territorial e dos direitos dos povos indígenas.



11 de novembro de 2025

Dia 4: 6º Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza

Por Alessandra Fernandes de Sousa

No dia 11 de novembro de 2025, na Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém, realizou-se a terceira e última sessão do 6º Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza, sob o título “*A New Pledge for Mother Nature*” (Uma Nova Promessa para a Mãe Natureza). O Tribunal ocorreu de forma paralela à COP, no contexto da *People’s Summit* (Cúpula dos Povos), servindo sobretudo como espaço de articulação e mobilização de movimentos sociais, povos indígenas, pesquisadores e ativistas em torno da justiça ecológica e dos direitos da Natureza.

A sessão final consolidou as análises, julgamentos e reflexões das duas sessões anteriores: a primeira, realizada em Nova York, em setembro de 2024, foi dedicada ao debate sobre o fim da era dos combustíveis fósseis (*end of the fossil fuel era*); e a segunda aconteceu em Toronto, em fevereiro de 2025, e concentrou-se nos impactos da mineração e nas perspectivas do pós-extrativismo (*the impacts of mining and the post-extractivism era*).

O Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza é uma iniciativa informal, criada pela GARN, que atua como um espaço ético-jurídico e político voltado à produção de conhecimento e documentação de violações ambientais com o propósito de gerar evidências e mobilizar a pressão pública para o reconhecimento da Natureza como sujeito de direitos. Embora não possua caráter vinculante, o Tribunal busca evidenciar as limitações do direito ambiental tradicional e contribuir com análises, pareceres e registros que possam subsidiar processos de litigância, iniciativas legislativas e ações políticas em diferentes países.

No âmbito do 6º Tribunal, organizado em três sessões ao longo dos últimos dois anos,

foram apresentados casos e testemunhos relacionados à expansão dos combustíveis fósseis, à mineração em territórios indígenas e tradicionais, às violações dos direitos da Natureza e à criminalização de defensoras e defensores ambientais, acompanhados de análises jurídicas e políticas sobre os limites do direito ambiental vigente e as alternativas oferecidas pelo paradigma dos Direitos da Natureza. Especificamente nessa terceira e última sessão, realizada em Belém, os debates culminaram na consolidação das denúncias, pareceres e recomendações elaborados ao longo do ciclo. A composição do Tribunal incluiu juízes provenientes de diferentes campos do saber e da ação política, como lideranças indígenas, juristas, acadêmicos e defensores dos direitos da Natureza, refletindo seu caráter plural, interdisciplinar e internacional.

Na abertura, Ana Alfinito – doutora em Sociologia Política e assessora jurídica da *Amazon Watch* no Brasil – serviu como juíza presidente do 6º Tribunal e destacou que extensas áreas da Amazônia, incluindo o estado do Pará, têm sido historicamente definidas como “zonas de sacrifício”, destinadas à mineração e à exploração predatória. Segundo sua análise, os grandes fóruns internacionais têm reiterado soluções climáticas que não enfrentam as causas estruturais da crise, o que reforça a importância de espaços alternativos, como o Tribunal, capazes de reconhecer as soluções que emergem dos próprios territórios.

Abrindo o painel dedicado aos impactos do extrativismo na Amazônia, o cacique Ninawa Inu Huni Kui – liderança indígena do estado do Acre, pertencente ao povo Huni Kuin (ou Kaxinawá), que vive na região amazônica na fronteira com o Peru – alertou para a intensificação dos investimentos petrolíferos na Amazônia e ressaltou que transformações efetivas emergem das comunidades que, há milênios, constroem relações de harmonia com a Natureza.

Na sequência, no mesmo painel, destacaram-se denúncias relativas à expansão da indústria petrolífera na Amazônia equatoriana. O testemunho de Leonela Moncayo, jovem ativista ambiental nascida na região amazônica do Equador, evidenciou os impactos dos chamados mecheros (queimadores de gás associados à extração de petróleo) sobre a saúde e os territórios indígenas, relatando a contaminação do ar, da água e do solo, o aumento de doenças graves, como diferentes tipos de câncer, e a ausência de políticas públicas adequadas. A denúncia também ressaltou o descumprimento de sentenças judiciais por parte do Estado equatoriano e a perseguição a defensoras da Natureza, especialmente jovens mulheres indígenas organizadas na defesa de seus territórios.

Shrishtee Bajpai – pesquisadora e ativista socioambiental indiana que atua com direitos da Natureza, alternativas sistêmicas e articulação de redes globais, com foco em povos indígenas e no Sul da Ásia – apresentou experiências de resistência na Índia no painel dedicado às alternativas ao extrativismo. Segundo Bajpai, comunidades indígenas indianas enfrentam projetos de mineração e desenvolveram formas alternativas de governança, como assembleias de biorregiões, articulando trabalho, proteção territorial e limites ecológicos. Esses exemplos foram apresentados como respostas interconectadas a crises igualmente interconectadas.

No painel jurídico-epistemológico, o Tribunal enfatizou a crítica ao paradigma antropocêntrico do direito. Destacou-se que a atual crise ecológica está profundamente ligada à imposição do direito colonial, que desestruturou sistemas jurídicos indígenas e legitimou a lógica de divisão, extração e dominação. Nessa perspectiva, envenenar

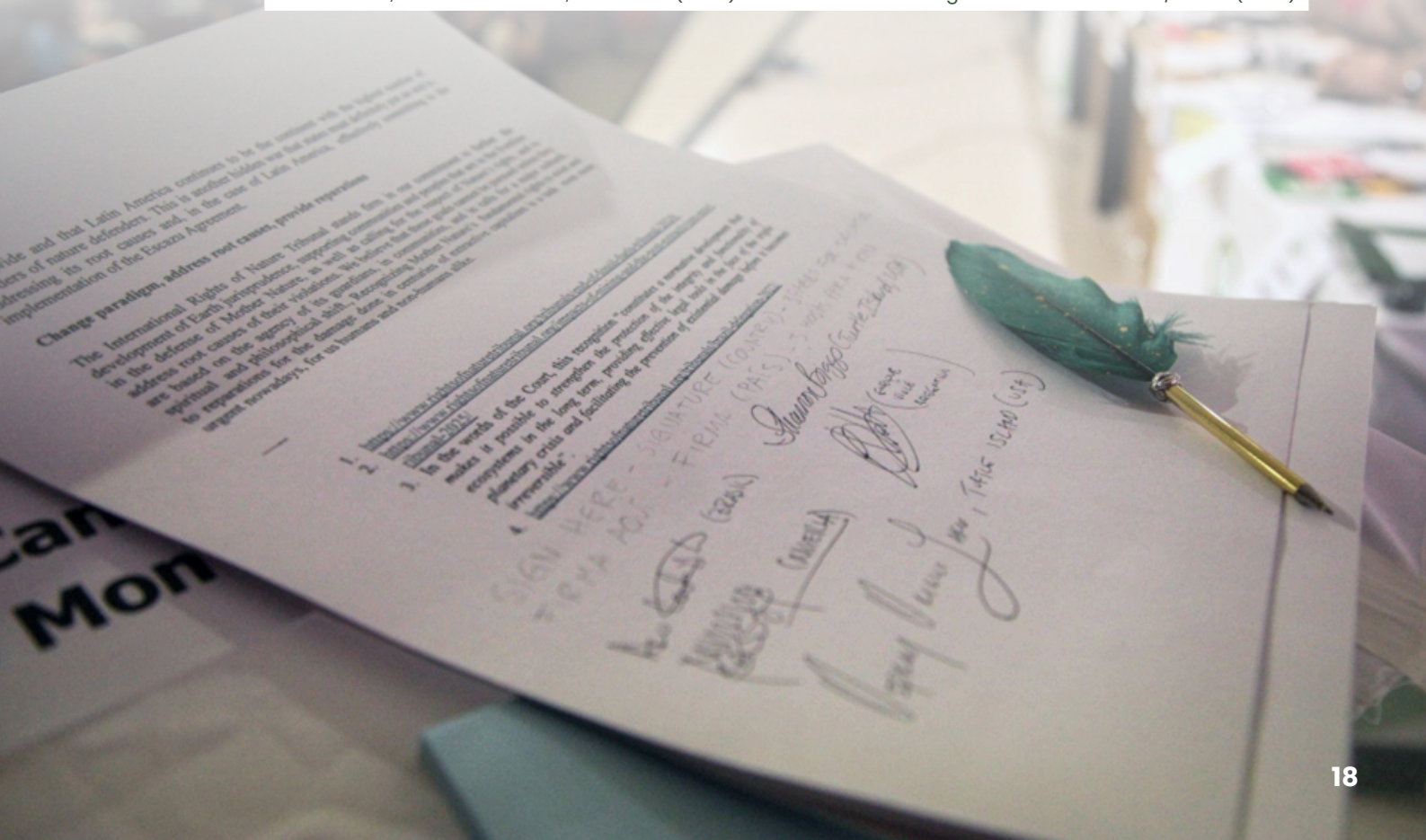
rios, florestas e oceanos significa envenenar os próprios povos, uma vez que humanidade e Natureza constituem um único corpo vivo. Essa compreensão foi aprofundada por José Heder Benatti, jurista brasileiro da Amazônia, que argumentou que o direito ambiental, tal como consolidado nas últimas décadas, revela-se insuficiente para enfrentar a crise climática. O jurista defendeu a ecologização do direito e a necessidade de reconhecer a Mãe Terra como sujeito de direitos, superando a distinção moderna entre sociedade e Natureza.

Encerrando os depoimentos, mais relatos reforçaram que tais violações não se restringem a casos isolados, mas integram um modelo global de desenvolvimento baseado no extrativismo. Francesco Martone, ex-senador da República Italiana, chamou a atenção para as contradições de governos que, ao mesmo tempo em que sediam conferências climáticas, mantêm acordos e políticas de incentivo à exploração de combustíveis fósseis. Nesse sentido, destacou que a destruição da Amazônia resulta de uma política deliberada e sistemática, associada à criminalização e ao assassinato de defensores ambientais, caracterizando uma forma de necropolítica ambiental.

Como resultado político e normativo das sessões, o Tribunal aprovou o documento final *"A New Pledge for Mother Nature"*, dirigido à ONU e à comunidade internacional, que consolida três decisões centrais. A primeira consiste no reconhecimento dos direitos da Natureza da Amazônia, compreendida como um território vivo e indivisível, o que inclui a defesa de uma moratória indefinida à expansão de atividades de exploração de combustíveis fósseis na região, diante de seus impactos irreversíveis sobre ecossistemas e povos.



Documento final *"A New Pledge for Mother Nature"* durante a sessão do 6º Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza, realizada na UFPA, em Belém (2025). Fonte: International Rights of Nature Tribunal / GARN (2025).





Outras atividades

06 de novembro de 2025

Conferência Global de Crianças e Jovens sobre Mudanças Climáticas (COY20)

Por Vitória de Salvi Gallo de Camargo

Realizada na Universidade Federal do Pará (UFPA), a COY20 foi organizada pela YOUNGO, instância oficial de representação da juventude junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), e reuniu mais de 500 jovens lideranças de diferentes regiões do mundo. Ao longo da programação, a COY20 favoreceu o intercâmbio de experiências e o fortalecimento de redes juvenis voltadas à ampliação da incidência política nos territórios de origem dos participantes. A Mapas foi representada no evento pela jovem colaboradora voluntária Giovanna de Souza, que atuou como representante da delegação brasileira.

Ao longo de quatro dias, a programação foi pensada para estimular o diálogo entre juventudes provenientes de diferentes realidades e contextos locais. As atividades priorizaram a reflexão sobre formas concretas de mobilização social e a construção coletiva de respostas à crise climática, valorizando experiências situadas e estratégias que emergem a partir dos próprios territórios dos jovens presentes. Esse formato contribuiu para a criação de alianças orientadas pela justiça climática e pelo reconhecimento das desigualdades que marcam os impactos das mudanças climáticas nas juventudes ao redor do mundo.

Nesse contexto, destacou-se o debate em torno das articulações preparatórias da COY e das experiências nacionais construídas a partir das LCOYs, que evidenciam o protagonismo juvenil na organização política em escala local e global. Um dos momentos centrais foi a roda de diálogo dedicada à iniciativa Amazônia de Pé, que trouxe à discussão a relação entre mobilização social, instrumentos jurídicos e a defesa da floresta amazônica, ressaltando o papel da juventude na construção de estratégias que conectam participação política e proteção territorial. Essas agendas evidenciaram

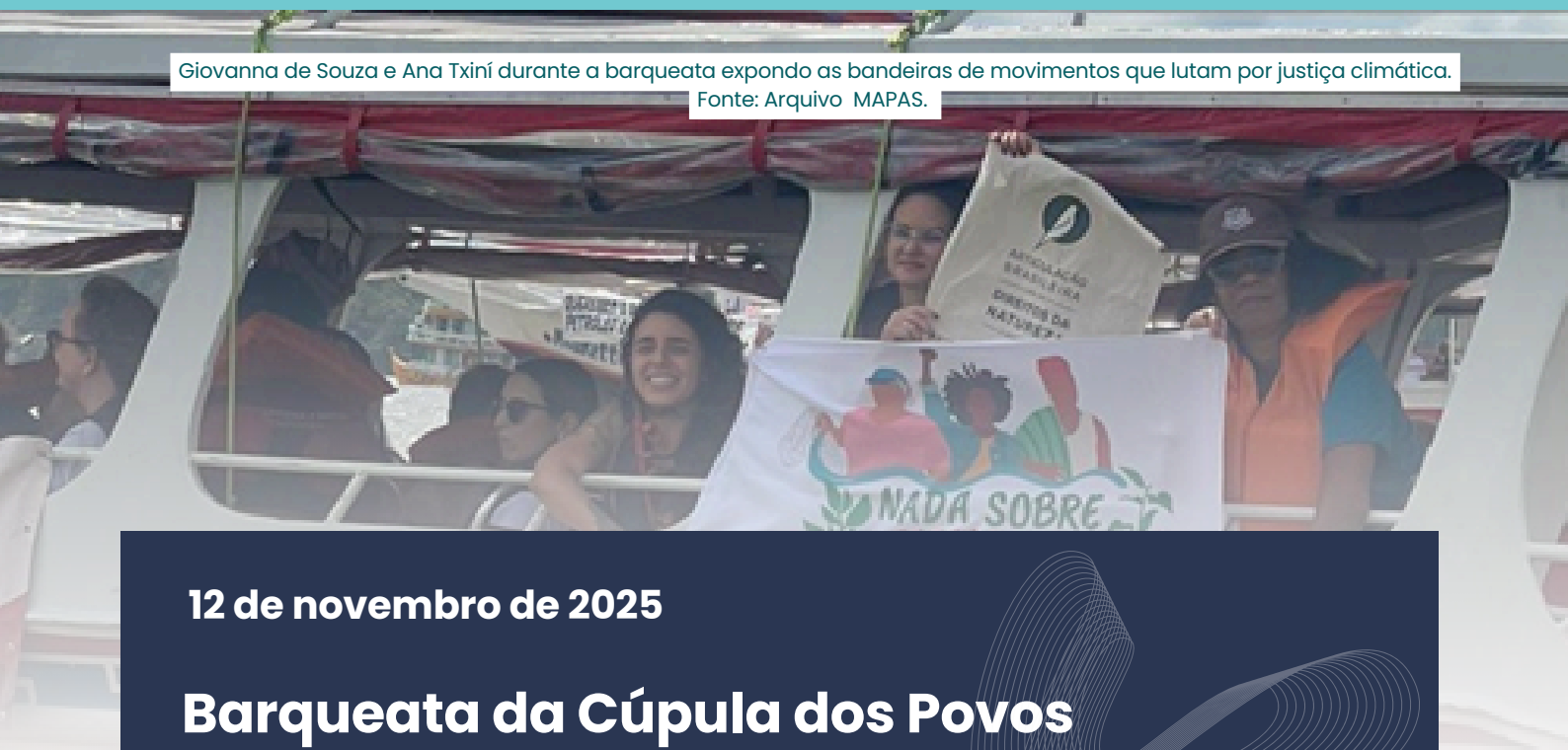
o protagonismo juvenil na articulação entre mobilização social, incidência política e defesa dos territórios.

A participação da MAPAS na COY20 evidenciou como o debate climático pode ser articulado a partir da perspectiva dos direitos da Natureza, especialmente no diálogo entre juventude organizada, sociedade civil e instâncias institucionais formais. Ao atuar em um espaço reconhecido pela UNFCCC como fórum oficial de participação juvenil, a MAPAS contribuiu para aproximar as discussões globais sobre clima das lutas territoriais brasileiras. Nesse sentido, Giovanna afirmou que: “a maior defesa de um território é a conexão dos povos que nela vivem e da consciência da interdependência da vida que emerge dessa relação”, reforçando que a incidência política da juventude é fundamental para tensionar e transformar agendas internacionais a partir dos territórios.



Giovanna de Souza e Ana Txiní durante a barqueata expondo as bandeiras de movimentos que lutam por justiça climática.

Fonte: Arquivo MAPAS.



12 de novembro de 2025

Barqueata da Cúpula dos Povos

Por Maria Fernanda de Paiva Julidori

A equipe da MAPAS esteve presente na Barqueata da Cúpula dos Povos, uma das ações iniciais e mais simbólicas da programação da Cúpula dos Povos, evento paralelo à COP-30 que reuniu movimentos sociais, organizações populares e povos tradicionais de diversos países.

A manifestação fluvial mobilizou mais de 200 embarcações e cerca de 5000 participantes, navegando pelas águas do rio Guamá até a Baía do Guajará, em Belém, em um ato de denúncia das chamadas “falsas soluções climáticas” e de afirmação das práticas coletivas, agroecológicas e ancestrais como resposta à crise climática e às injustiças ambientais que afetam territórios e modos de vida desde a colonização. A barqueata transformou os rios e a Baía do Guajará em um grande palco político, no

qual povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, pescadores artesanais, agricultores familiares e movimentos populares levantaram suas bandeiras por justiça climática, defesa dos territórios e reconhecimento dos direitos da Natureza. Ao colocar as águas e os modos de vida no centro da ação política, a manifestação reafirmou a compreensão de que a proteção da vida emerge da relação entre povos e territórios. Como expressou Marina Leão: “a maior defesa de um território é a conexão dos povos que nela vivem e da consciência da interdependência da vida que emerge dessa relação”. Nesse sentido, a barqueata evidenciou a crítica à inércia dos governos e das corporações diante das urgências socioambientais e reafirmou que um mundo sustentável só pode emergir de práticas de cuidado, solidariedade e convivência em harmonia com a Natureza.

Esse ato coletivo abriu oficialmente a Cúpula dos Povos, demonstrando a força das mobilizações populares em contraponto às negociações formais da COP-30 e chamando a atenção para a importância de incluir, de forma efetiva, as demandas e saberes dos povos que vivem na linha de frente das mudanças climáticas. A participação da equipe da MAPAS simbolizou sua conexão ativa com os processos sociais que se articulam em torno da justiça climática, evidenciando o engajamento com as lutas por direitos, pela defesa da Natureza e pela construção de alternativas que rompam com modelos de desenvolvimento predatórios.



Vanessa Hasson e Giovanna de Souza durante a marcha. Fonte: Arquivo MAPAS.

15 de novembro de 2025

Marcha por Justiça Climática

Por Maria Fernanda de Paiva Julidori

A equipe da MAPAS esteve presente na Marcha Global pelo Clima, uma mobilização popular que tomou as ruas de Belém e reuniu cerca de 70 mil pessoas em defesa da justiça climática durante a COP-30. A caminhada, organizada pela Cúpula dos Povos em conjunto com movimentos sociais, organizações comunitárias, povos indígenas, tradicionais e ativistas de diferentes países, percorreu aproximadamente 4,5 km pelo

centro da cidade e configurou uma das maiores manifestações sociais já realizadas no contexto de uma conferência do clima da ONU, unindo em uma mesma voz povos indígenas, quilombolas, agricultores familiares, jovens, mulheres e organizações sociais pela defesa da Natureza.

A marcha expressou, com grande diversidade cultural e política, demandas urgentes que ecoam tanto em nível global quanto local, como o fim dos combustíveis fósseis, a demarcação e proteção de territórios tradicionais, a transição energética justa e a preservação dos biomas e dos modos de vida diretamente ameaçados pela emergência climática.

Um dos momentos mais marcantes do ato foi o funeral simbólico dos combustíveis fósseis, no qual ativistas carregaram caixões representando petróleo, gás e carvão, gesto que sintetizou a crítica contundente à dependência dessas fontes de energia e a exigência de alternativas que respeitem a vida e os direitos dos povos e da Natureza. A mobilização também incorporou expressões artísticas, ritmos culturais e símbolos que refletiram tanto as lutas dos povos da Amazônia quanto a pluralidade de vozes que compõem a sociedade civil organizada.

A presença da MAPAS nesse espaço reforçou a compreensão de que a defesa da vida passa necessariamente pela escuta dos territórios e das populações historicamente silenciadas. Como expressou Marina Leão: “voltamos nossos ouvidos, corações e atenções para a Terra, com olhos molhados pelas dores das feridas abertas pelo colonialismo, pelo patriarcado e pelo capitalismo”, reafirmando a urgência de reconectar política, espiritualidade e território.

Nesse sentido, a mobilização enviou uma mensagem clara aos negociadores da COP-30: não há transição justa sem considerar as comunidades que vivem na linha de frente da crise climática. A presença massiva e engajada dos participantes demonstrou que a luta por justiça climática permanece viva e potente, tensionando modelos de desenvolvimento que colocam a exploração dos combustíveis fósseis acima da vida.



Giovanna de Souza e o ativista e político boliviano Pablo Solón durante a marcha. Fonte: Arquivo MAPAS.



Vanessa Hasson em evento paralelo na Zona Azul dedicado ao protagonismo da juventude e das comunidades locais para ações de adaptação climática. Fonte: Giovanna de Souza.

Participação na Zona Azul da COP-30

Por Mariana Nunes dos Santos

A MAPAS também deve a oportunidade de participar de algumas das atividades realizadas na Zona Azul da COP-30; Trata-se da área oficial da COP, coordenada pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), onde ocorrem as negociações formais entre países, reuniões de delegações oficiais, eventos paralelos credenciados e atividades de organizações observadoras reconhecidas. Assim, é o principal espaço para a formulação de políticas e diplomacia da governança climática global.

No evento paralelo realizado na Zona Azul sobre fortalecimento do protagonismo juvenil e comunitário nas questões climáticas, sobressaiu-se a ação promovida pelo Youth Hub da GARN, focada em conversas intergeracionais sobre ancestralidade, futuro e direitos da Natureza. O evento contou com a participação da diretora da MAPAS, Vanessa Hasson, e de jovens indígenas e não indígenas, líderes comunitários e representantes de organizações da sociedade civil, proporcionando um espaço para escuta e troca de conhecimentos que desafiou as narrativas predominantes da COP.

A participação da MAPAS nesse espaço destacou de maneira significativa as barreiras epistemológicas e políticas que ainda moldam as negociações climáticas multilaterais. As discussões observadas na Zona Azul ainda são predominantemente guiadas por perspectivas antropocêntricas e soluções de mercado, que geralmente veem a Natureza como um recurso econômico ou ferramenta de gestão. Conceitos como “soluções baseadas na Natureza”, “créditos de carbono”, “transição energética” e “energia limpa” são frequentemente mencionados sem uma análise mais aprofundada das causas estruturais da crise ecológica, o que impede o reconhecimento da Natureza como sujeito de direitos. Nas palavras da colaboradora voluntária da MAPAS, Giovanna

de Souza: “A adoção de termos como o TFFF, créditos de carbono e energia limpa, maquia e esconde a lógica de capitalização e financeirização da Natureza, impedindo a revelação da verdadeira ferida aberta de desconexão dos seres humanos com ela”.

Nesse contexto, a própria materialidade do espaço contribuiu simbolicamente para essa desconexão. Marina Leão, descreveu: “o Salão Azul, com suas telas digitais, tetos de tecido cinza, estandes artificiais dos países e ambientes totalmente climatizados, contrastava fortemente com o território amazônico onde a COP estava sendo realizada”. De acordo com seu depoimento, “as atividades diplomáticas eram geralmente acompanhadas por coquetéis, champanhes, vinhos importados e outros luxos ligados às cadeias globais extrativistas, o que intensificava a sensação de desconexão da realidade ecológica e dos territórios diretamente afetados pela crise climática”.

Marina Leão também fez a seguinte reflexão sobre a participação da MAPAS na Zona Azul: “o encontro permitiu a criação de brechas dentro de um espaço altamente institucionalizado, abrindo espaço para reflexões sobre a centralidade dos saberes ancestrais, da memória dos territórios e da responsabilidade das novas gerações na defesa da vida”. Ela também afirmou que “esses momentos renovam a esperança de que, mesmo em ambientes marcados por lógicas coloniais e mercantilizadas, seja possível semear outras formas de pensar e sentir a relação com a Natureza”.

Dessa forma, apesar das contradições, a presença da MAPAS na Zona Azul destacou a relevância estratégica de estar presente nesses espaços institucionais. A atuação crítica, embora restrita, possibilitou desafiar discursos dominantes, apresentar epistemologias alternativas e enfatizar a urgência de uma mudança de paradigma na governança climática. Ao considerar os direitos da Natureza como um pilar fundamental dessa mudança, a MAPAS reitera seu compromisso em criar alternativas que transcendam a lógica da exploração e fomentam uma relação genuinamente equilibrada entre a humanidade e a Natureza.



Giovanna de Souza após compensar suas emissões de carbono nas passagens de avião de ida e volta de Belém pela Caixa Econômica. Fonte: Arquivo MAPAS.

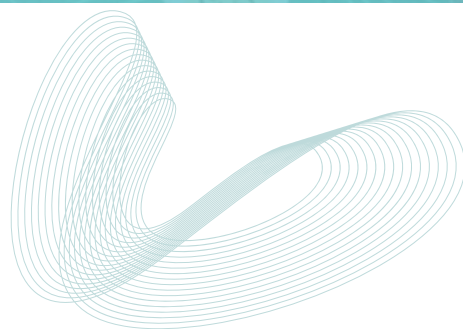


Registro do Pré-COP-30 Summit 2025, simbolizando a convergência entre juventudes, lideranças indígenas, organizações da sociedade civil e redes internacionais em torno do movimento pelos direitos da Natureza. Fonte: GARN Communications.



Conclusões e Recomendações

Por Vitória de Salvi Gallo de Camargo



A participação da MAPAS na Pré-COP-30 Summit 2025 permitiu uma leitura crítica dos debates internacionais sobre clima e direitos da Natureza, evidenciando limites estruturais das atuais respostas institucionais à crise socioambiental. Ao longo do evento, tornou-se claro o distanciamento entre as agendas oficiais de políticas públicas nacionais e internacionais e as realidades vividas pelas populações historicamente mais afetadas pelas mudanças climáticas, em especial povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e periféricas.

Observou-se uma ausência significativa de autoridades governamentais nos espaços de escuta, articulação e construção coletiva promovidos no âmbito da *Summit*, o que revela um esvaziamento do papel do Estado na formulação de respostas efetivas à crise climática. Esse cenário reforça a crítica às abordagens predominantes da governança ambiental, ainda marcadas por soluções tecnocráticas e de mercado, pouco sensíveis às dinâmicas territoriais e às desigualdades históricas produzidas pelo colonialismo e pelo desenvolvimento predatório.

Essa percepção foi reforçada pela experiência de Giovanna Souza, que destacou sua frustração ao observar que as políticas públicas brasileiras não têm sido capazes de responder às demandas desses grupos nem de envolvê-los de forma efetiva na construção das agendas climáticas. Segundo seu relato, trata-se de um processo marcado por continuidades históricas de exploração, uma vez que “as populações mais afetadas pelas mudanças climáticas [...] são exploradas desde a colonização”.

A *Pré-COP-30 Summit* também evidenciou a necessidade de consolidar perspectivas oriundas do Sul Global como eixo central da agenda climática internacional. A crise

- No que se refere ao reconhecimento dos direitos da Natureza da Amazônia, a MAPAS pode contribuir de forma mais direta por meio da sistematização e visibilização de experiências amazônicas que já operam, na prática, a lógica desses direitos. Isso inclui apoiar a produção de dossiês territoriais, relatórios temáticos e narrativas jurídicas que articulem proteção ambiental, autodeterminação dos povos e governança comunitária, reforçando a Amazônia não apenas como bioma a ser protegido, mas como sujeito político e jurídico. Essa atuação pode dialogar tanto com iniciativas nacionais quanto com processos internacionais de reconhecimento dos direitos da Natureza.
- Outra frente estratégica diz respeito ao posicionamento da MAPAS no debate sobre a proibição dos combustíveis fósseis. A organização pode atuar como ponte entre essa agenda internacional e o contexto brasileiro, promovendo debates públicos, materiais informativos e articulações com organizações da sociedade civil, universidades e movimentos territoriais. Ao vincular a crítica aos combustíveis fósseis às realidades locais, como os impactos sobre povos indígenas, comunidades tradicionais e territórios amazônicos, a MAPAS pode contribuir para ampliar o apoio social e político à construção de um tratado de proibição desses combustíveis no Brasil.
- Por fim, recomenda-se que a cooperação entre a MAPAS e o Centro de Estudos e Pesquisas em Relações Internacionais do Centro Universitário FACAMP (CERI-FACAMP), especialmente por meio de Grupo de Estudos Harmony with Nature, seja aprofundada em 2026. Essa cooperação pode se materializar na elaboração conjunta de agendas de pesquisa aplicada, na produção de relatórios temáticos voltados à incidência política, na organização de eventos públicos e acadêmicos, e na formação de estudantes e pesquisadores engajados no campo dos direitos da Natureza. De forma prática, a parceria pode funcionar como um laboratório de articulação entre teoria crítica, produção acadêmica e ação política, fortalecendo a MAPAS como referência nacional e internacional na promoção de alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico.



Evento da Articulação brasileira e Global pelos direitos da Natureza na Cúpula dos Povos, “Sentir Pensar com a Natureza: caminhos para o bem-viver e dignidade planetária”. Fonte: Acervo MAPAS..



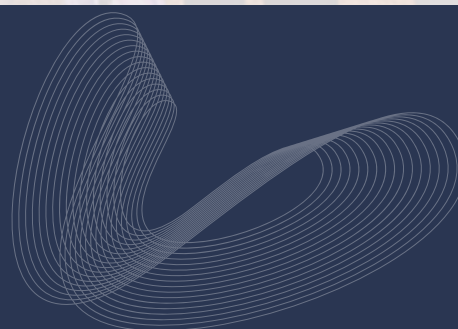
Marina Leão, Henny Freitas, Luiz Felipe, Vanessa Hasson, Bruna Bolzani, Giovanna Souza, Ana Txiní, Márcio Lima.

Fonte: Acervo MAPAS.

Agradecimentos

Por Equipe Mapas

Organização: Vitória de Salvi Gallo de Camargo



As reflexões apresentadas neste relatório só foram possíveis graças às múltiplas relações, visíveis e invisíveis, que tornaram possível a permanência no território de Belém durante os dias do Pré-COP-30 Summit 2025. Reconhecemos e honramos as forças, presenças e espiritualidades que nos permitiram estar nesse território, bem como o acolhimento, a generosidade e o cuidado compartilhados ao longo desse processo.

A construção dessas análises foi profundamente marcada pelas trocas, escutas e aprendizados coletivos vivenciados ao longo das atividades, em especial no âmbito do movimento pelos Direitos da Natureza. A MAPAS agradece à Global Alliance for the Rights of Nature, na pessoa de Natalia Greene, coordenadora global da Aliança, pela parceria contínua e pela perseverança em manter viva e ativa essa articulação internacional.

Agradecemos igualmente à Articulação Brasileira pelos Direitos da Natureza, representada por Luiz Felipe Lacerda, e às lideranças indígenas que compartilharam saberes, experiências e visões fundamentais para a construção deste relatório: Casey Camp-Horinek, Tom Goldtooth, o Cacique Ninawa Huni Kuin, Rihi, Ned Tapa e Naiara Tukano.

Registramos também nosso agradecimento a Joelson Ferreira, da Teia dos Povos; a Ana Castro, do Instituto Vary; a Henny Freitas, da Rede Casa Latina; ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); a Quentin, da organização Common Limits; e a Juanito Jabbar, da Aliança Colombiana pelos Direitos da Natureza, pela generosidade nas trocas e pela construção coletiva de sentidos e estratégias.

Por fim, estendemos nosso agradecimento a todas as pessoas que cruzaram nosso caminho ao longo desse processo e contribuíram, direta ou indiretamente, para a elaboração deste entendimento coletivo.





GARN
GLOBAL ALLIANCE FOR
THE RIGHTS OF NATURE

FACAMP CERI CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**HARMONY
WITH NATURE**
Study Group

FACAMP CERI CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CENTRO UNIVERSITÁRIO FACAMP

Endereço: Av. Alan Turing, 805. Barão Geraldo – Campinas, SP, Brasil - 13083-898.

Número de telefone: + 55 19 3754 8500

Email: ceri@facamp.com.br

Linkedin: <https://www.linkedin.com/in/ceri-facamp-62732a210>

Professora Coordenadora

Patrícia Nogueira Rinaldi

Autores

Alessandra Fernandes de Souza

Heitor Torres Neves

Maria Fernanda de Paiva Julidori

Mariana Nunes dos Santos

Vitória de Salvi Gallo de Camargo

Edição e Revisão

Vanessa Hasson

Giovanna de Souza

Marina Leão

Design

Marina Montone Vendramini

Publicação: Fevereiro de 2026